

- DRAPN -
DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE

**PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO
E INFRACÇÕES CONEXAS
PARA 2011**

MIRANDELA
Dezembro de 2010

Coordenação do relatório do Plano

Por decisão do Senhor Director Regional o Técnico Superior Assessor Principal Dr. António Fernando de Campos Cêa do Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos foi encarregue de elaborar um relatório do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infracções Conexas para 2011.

Aprovação do Plano

Na qualidade de Director da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte aprovo o presente relatório do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas para 2011, o qual deverá ser implementado a partir de 02 de Janeiro de 2011, e também decido que o mesmo seja enviado ao Senhor Presidente da Comissão de Prevenção da Corrupção, ao Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e ao Senhor Inspector-Geral do Ministério de Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Índice:

	Pag.
Exposição dos motivos.....	3
Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas para 2011	4
I. Caracterização sucinta da DRAPN, Organograma e Identificação dos Responsáveis	4
I.1. Caracterização Sucinta da DRAPN	4
I.1.1. Missão e Atribuições.....	4
I.1.2. Área de actuação.....	5
I.1.3. Meios Afectos à DRAPN.....	6
I.1.4. Organização Interna.....	7
I.2. Organograma.....	10
I.3. Identificação dos Responsáveis	12
II. Acções a Desenvolver em 2011.....	13
II.1. Notas e Comentários	13
II.2. Acções	13
III, Controlo e Monitorização do Plano.....	16

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, é uma entidade administrativa independente, que funciona junto do Tribunal de Contas, e desenvolve uma actividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infracções conexas.

No âmbito da sua actividade, o CPC aprovou uma Recomendação, em 1 de Julho de 2009, sobre “Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções”, nos termos do qual «Os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas.»

Trata-se, assim, de uma actividade que tem por objectivo salvaguardar aspectos indispensáveis na tomada de decisões, e que estas se revelem conformes com a legislação vigente, com os procedimentos em vigor e com as obrigações contratuais a que as instituições estão vinculadas.

O controlo interno é uma componente essencial da gestão de risco, funcionando como salvaguarda da rectidão da tomada de decisões, uma vez que previne e detecta situações anormais.

A **Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)** executou em 2010 o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas que apresentou à CPC e à tutela tendo no essencial atingido os objectivos a que se propôs ao criar um conjunto de Manuais e Regulamentos de Gestão e de Controlo Interno.

Porém, como é referido no **Relatório de Execução** daquele Plano, que também já apresentou àquelas Entidades, concluiu ser necessário mais tempo para poder realizar em velocidade cruzado os diversos controles internos que definiu naqueles manuais, transformando-os assim em instrumentos de gestão corrente.

Tendo em atenção as considerações antecedentes, a **DRAPN – DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PISCAS DO NORTE**,

Apresenta o seu **PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DA CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS para 2011**, de acordo com a seguinte estrutura:

- I. Caracterização sucinta da DRAPN, Organograma e identificação dos responsáveis.
- II. Acções a Desenvolver
- III. Controlo e monitorização do Plano.

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

I. CARACTERIZAÇÃO SUCINTA DA DRAPN, ORGANOGRAMA E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

I.1. CARACTERIZAÇÃO SUCINTA DA DRAPN

I.1.1. Missão e Atribuições

O MADRP tem sido uma das estruturas mais desconcentradas da Administração Pública, no que respeita à proximidade entre serviço público e utente. Esta relação de proximidade tem sido assegurada pelas direcções regionais de agricultura (DRA), através de um modelo de expressão orgânica e territorial adaptado a uma realidade social, cultural e económica que hoje é complementado, em várias áreas de competências e valências de serviços, pelas associações e organizações de agricultores.

O modelo orgânico e funcional e a expressão territorial das DRA devem ser sempre adequados, modernizados e racionalizados perante as novas funções, os novos objectivos e as novas dinâmicas de desenvolvimento que se perspectivam para o sector agrícola e para o meio rural.

Assim, a DRAPN, conforme o disposto na Lei Orgânica do Ministério da Agricultura de Desenvolvimento Rural e das Pescas, Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, e na Lei Orgânica das DRAP's, Decreto Regulamentar 12/2007 e Portaria 219-G/2007, ambos os diplomas de 27 de Fevereiro, tem como **Missão**:

"... Participar na formulação e na execução das políticas nas áreas da agricultura, de produção agro-alimentar, de desenvolvimento rural e das pescas, contribuindo para o respectivo acompanhamento e avaliação..."

Esta Missão é desempenhada no âmbito das seguintes **Atribuições** (ARTº 15º, Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro):

- a) Executar as medidas de política agrícola, agro-alimentar, de desenvolvimento rural e das pescas, de acordo com as normas e orientações estabelecidas pelos serviços centrais do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), contribuindo para o acompanhamento e avaliação das mesmas, e realizar o levantamento e o estudo sistemático das características e das necessidades dos subsectores agrícola, agro-industrial e das pescas e dos territórios rurais na respectiva região;*
- b) Executar, de acordo com as normas funcionais definidas pelos serviços centrais, as acções necessárias à recepção, análise, aprovação, acompanhamento e validação dos projectos de investimento apoiados por fundos públicos, bem como promover os trâmites necessários ao pagamento dos correspondentes apoios;*
- c) Incentivar acções e projectos de intervenção no espaço rural e de programas ou planos integrados de desenvolvimento rural;*
- d) Apoiar os agricultores e as suas associações e as populações rurais no âmbito das atribuições que prosseguem, proporcionando os serviços que lhes permitam cumprir as obrigações regulamentares para com o MADRP;*
- e) Fomentar a criação e o desenvolvimento de parcerias estratégicas público-privadas numa óptica de desenvolvimento económico e de sustentabilidade social e ambiental dos territórios..."*

I.1.2. Área de actuação

A área de actuação da DRAPN corresponde à área da NUT II e à das 8 NUTIII, a seguir representadas



As principais características da Região Norte são as seguintes:

<i>Área territorial</i>	21.289 Km2
<i>População</i>	3.687.293 hab.
<i>Densidade populacional</i>	173 hab/Km2
<i>Agricultores (familiar)</i>	445.403
<i>N.º de Explorações</i>	135.582
<i>Rendimento exclusivo da Agricultura</i>	33.850
<i>Mão-de-obra agrícola</i>	385.487
<i>Distritos</i>	9
<i>NUTs III</i>	8
<i>Municípios</i>	86

I.1.3. Meios Afectos à DRAPN

Recursos Humanos

<i>Dirigentes – Direcção Superior</i>	3
<i>Dirigentes – Direcção Intermédia e chefes de equipa</i>	27
<i>Inspector Superior/Técnico Superior</i>	336
<i>Coordenador técnico</i>	3
<i>Inspector técnico/Inspector-adjunto/Assistente Técnico</i>	330
<i>Assistente Operacional</i>	112
Total	808

Edifícios	280
------------------	------------

Viaturas	328
-----------------	------------

Orçamento (milhares €)	28 931
-------------------------------	---------------

I.1.4. Organização Interna

A região para efeitos de aproximação dos serviços aos utentes está dividida em 8 Zonas correspondendo a cada uma Delegação da DRAPN, conforme o mapa que de seguida se apresenta.



Contudo, a organização interna dos serviços das DRAP obedece a um modelo estrutural hierarquizado (artigo 6º do Decreto Regulamentar nº12/2007 de 27 de Fevereiro), que para a DRAPN foi definido, pelo Despacho 8500/2007, de 11 de Maio, que estipula o organograma funcional operacional e a estruturação e dependências das cinco Direcções de Serviço que acolhem 14 Divisões e das oito Delegações Regionais equiparadas a Divisões. Para além das 22 divisões existem ainda na dependência directa do Director Regional um Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos, um Núcleo de Vitivinicultura (Centro de Estudos Vitivinícola do Douro), um Núcleo de Apoio à Coordenação do Agris e um Núcleo de Documentação e Relações Públicas. Também na dependência da Direcção de Serviços de Apoio e Gestão de Recursos se encontra um Núcleo de Apoio Jurídico.

A **Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo**, abreviadamente DSPC, promove e assegura a elaboração dos principais instrumentos de planeamento, colabora na elaboração do orçamento, na colheita de dados e assegura o acompanhamento dos programas de cooperação internacional.

A DSPC, através da sua orgânica operativa (Divisão de Planeamento Estratégico e Divisão de Controlo) desenvolve as seguintes actividades:

- a) Programar, coordenar e avaliar as actividades da DRAPN;
- b) Elaborar o plano de desenvolvimento regional e instrumentos de suporte;
- c) Assegurar a execução das acções de monitorização e controlo da atribuição de prémios, subsídios e apoios decorrentes da política Agrícola Comum, bem como da aplicação das intervenções das diferentes organizações comuns de mercado (COM);
- d) Recolher, analisar e tratar a informação estatística e elaborar um modelo de sistema de informação geográfica (SIG) de gestão territorial.

A **Direcção de Serviços de Apoio e Gestão de Recursos**, abreviadamente designada por DSAGR, promove e assegura a administração e gestão dos recursos humanos, financeiros, patrimoniais informáticos, expediente e ainda o apoio jurídico e o plano de formação.

A DSAGR, através da sua orgânica operativa (Divisão de Gestão de Recursos; Divisão de Sistemas de Informação e Comunicação e Núcleo de Apoio Jurídico) desenvolve as seguintes actividades:

- a) Elaborar os estudos necessários à correcta afectação e gestão de recursos humanos;
- b) Elaborar o plano anual de formação, tendo em atenção as necessidades gerais e específicas das diversas unidades orgânicas;
- c) Coligir e organizar a informação relativa aos recursos humanos e elaborar o balanço social;
- d) Assegurar o processamento dos vencimentos e abonos relativos ao pessoal, bem como o expediente relacionado com os benefícios sociais;
- e) Preparar, em articulação com a DSPC, as propostas de orçamento;
- f) Assegurar a gestão e controlo orçamental e a avaliação da afectação dos recursos financeiros às actividades desenvolvidas pelos serviços;
- g) Garantir aprovisionamento, gestão, conservação e inventário do património;
- h) Promover e assegurar todos os procedimentos inerentes à eficaz cobrança e depósito de receitas, bem como à liquidação de despesas, de acordo com as normas legais em vigor;
- i) Elaborar e instruir os procedimentos inerentes à realização de despesas públicas e de contratação pública;
- j) Definir, organizar e gerir o sistema integrado de informação;
- l) Organizar o sistema de documentação;
- m) Assegurar o apoio jurídico aos órgãos e serviços da DRAP.

A **Direcção de Serviços de Inovação e Competitividade**, abreviadamente DSIC, promove e assegura a conformidade e análise das candidaturas aos programas de apoio ao investimento

no complexo agro-florestal, assegura o licenciamento agrícola e agro-industrial bem como a qualidade e a inovação.

A DSIC, através da sua orgânica operativa (Divisão de Inovação e Mercados e Divisões de Avaliação e Projectos de Braga e de Vila Real) desenvolve as seguintes principais actividades:

- a) Promover a reestruturação e desenvolvimento do potencial físico das empresas e explorações agro-florestais;
- b) Promover e fomentar a inovação e a experimentação;
- c) Promover a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas e das pescas;
- d) Promover a modernização das estruturas de comercialização dos produtos agro-alimentares;
- e) Promover o aumento do conhecimento e melhoria do potencial humano;
- f) Efectuar o enquadramento estratégico, análise, acompanhamento e avaliação do nível de motivação e sustentabilidade das candidaturas a apoios públicos, bem como promover os trâmites necessários aos correspondentes pagamentos.

A **Direcção de Serviços de Valorização Ambiental e Sustentabilidade**, abreviadamente DSVAS, promove e assegura a gestão sustentável do espaço rural e o uso do solo agrícola, assegura a gestão do domínio hidroagrícola e promove e participa no ordenamento do território.

A DSVAB, através da sua orgânica operativa (Divisão de Valorização Ambiental e Biodiversidade, Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Rural e Divisão de Ordenamento e infra-estruturas), desenvolve as seguintes principais actividades:

- a) Proteger os valores ambientais e paisagísticos nas zonas agrícolas;
- b) Preservar o património genético;
- c) Promover o licenciamento das agro-indústrias;
- d) Apoiar a recuperação de ecossistemas e a reconversão produtiva dos sistemas convencionais para modos de produção sustentáveis;
- e) Promover a diversificação da economia rural;
- f) Promover a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento das competências nas zonas rurais;
- g) Promover a recuperação dos sistemas agro-florestais degradados.

A **Direcção de Serviços de Agricultura e Pescas**, abreviadamente DSAP, promove e assegura o apoio à pesca, à vitivinicultura, às restantes actividades agrícolas, à qualificação dos agentes do sector, à prevenção fitossanitária e fornece apoio laboratorial ao sector.

A DSAP através da sua orgânica operativa (Divisão de Produção Agrícola, Divisão de Vitivinicultura, Divisão de Protecção e Controlo Fitossanitário e Divisão de Experimentação, Qualificação e Apoio Laboratorial) desenvolve as seguintes principais actividades:

- a) Promover e apoiar os sectores estratégicos da vitivinicultura, olivicultura, hortofloricultura e outras produções com interesse regional, bem como projectos inovadores;
- b) Promover e executar as medidas de controlo fitossanitário e da protecção das culturas;
- c) Assegurar a engenharia aplicada à agricultura, nomeadamente ao nível da gestão e utilização da água e do solo;
- d) Promover as acções relacionadas com as actividades de pesca marítima, aquicultura e actividades conexas, em articulação com a Direcção Geral das Pescas e Aquicultura, contribuindo para o acompanhamento e avaliação das mesmas.

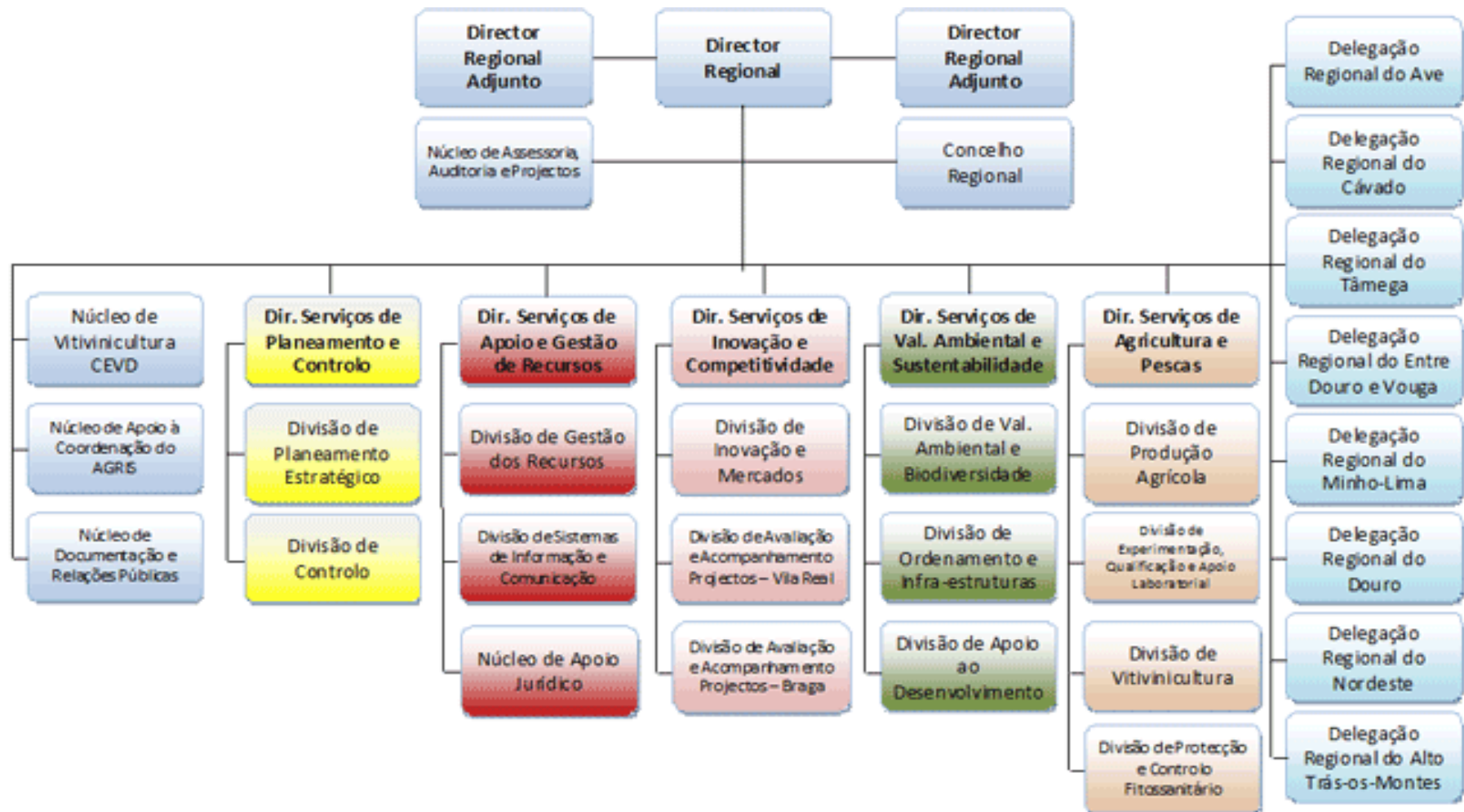
As **Delegações Regionais** promovem e asseguram o acolhimento e o apoio aos utentes nas suas áreas de actuação, bem como desenvolvem competências operacionais que lhes forem delegadas pelo Director Regional.

Acresce informar que dada a grande dispersão geográfica dos recursos humanos da DRAPN, organismo que resultou da fusão da DRAEDM e da DRATM ocorrida em 2007, houve necessidade, em quase toda a estrutura, de criar no seio das Divisões Núcleos operativos o que torna complexa a estrutura em termos de enquadramento e funcionamento.

I.2. ORGANOGRAMA

De tudo o que anteriormente se expressou a DRAPN está estruturada conforme o seguinte organograma.

ORGANOGRAMA - DRAPN



I.3. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

UNIDADE ORGÂNICA		CARGO	NOME
Direcção		Director Regional	Dr. António Ramalho
		Director Regional Adjunto	Eng.º António Graça
		Director Regional Adjunto	Eng.º Rui Manuel Borges
Núcleo de Assessoria e Auditoria de Projectos		Coordenador	Dra. Maria Isabel Escudeiro
Núcleo de Apoio à Coordenação do Agris		Coordenador	Dr. Paulo Maia
Núcleo de Documentação e Relações Públicas		Coordenador	Eng.º Abraão Veloso
Direcção Serviços Planeamento e Controlo		Director de Serviços	Eng.º Abreu Lima
	Divisão de Planeamento Estratégico	Chefe de Divisão	Eng.º José Vieira
	Divisão de Controlo	Chefe de Divisão	Eng.º Luís Sobral Dias
Direcção Serviços Apoio e Gestão de Recursos		Director de Serviços	Dra. Adília Domingues
	Divisão de Gestão de Recursos	Chefe de Divisão	Dra. Maria José Quintão
	Divisão de Sistemas de Informação e Comunicação	Chefe de Divisão	Eng.º João Oliveira
	Núcleo de Apoio Jurídico	Coordenador	Dra. Maria Graça Jesus
Direcção Serviços Inovação e Competitividade		Director de Serviços	Eng.º José Matias
	Divisão de Inovação e Mercados	Chefe de Divisão	Eng.ª Manuela Condado
	Divisão de Avaliação e Acompanhamento de Projectos – Braga	Chefe de Divisão	Eng.ª Luísa Hipólito
	Divisão de Avaliação e Acompanhamento de Projectos – Vila real	Chefe de Divisão	Eng.ª Rosa Andrade
Direcção Serviços Valorização Ambiental e Sustentabilidade		Director de Serviços	Eng.º Rui Martins
	Divisão de Valorização Ambiental e Biodiversidade	Chefe de Divisão	Eng.ª Alda Brás
	Divisão de Ordenamento e Infra-estruturas	Chefe de Divisão	Dr. Manuel Cabeleira
	Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Rural	Chefe de Divisão	Eng.ª Celina Bouça
Direcção Serviços de Agricultura e Pescas		Director de Serviços	Eng.º Manuel Ovelheiro
	Divisão de Produção Agrícola	Chefe de Divisão	Eng.º Afonso Silva
	Divisão de Experimentação, Qualificação e Apoio Laboratorial	Chefe de Divisão	Eng.ª Zulmira Lopes
	Divisão de Vitivinicultura	Chefe de Divisão	Eng.º Bernardino Mota
	Divisão Protecção e Controlo Fitossanitário	Chefe de Divisão	Eng.ª Maria Manuel Mesquita
Delegação Regional do Ave		Delegado	Eng.º António Fernandes
Delegação Regional do Cávado		Delegado	Eng.º Henrique Santos
Delegação Regional do Tâmega		Delegado	Eng.º José Rocha Fernandes
Delegação Regional do Entre Douro e Vouga		Delegado	Dr. Luís Maia
Delegação Regional do Minho-Lima		Delegado	Eng.º Silvério Carvalho
Delegação Regional do Douro		Delegado	Eng.º Júlio Félix
Delegação Regional do Nordeste		Delegado	Eng.º Francisco Ribeiro
Delegação Regional do Alto Trás-os-Montes		Delegado	Eng. Rui Guerra

II. ACÇÕES A DESENVOLVER EM 2011

II.1. Notas e comentários

No PLANO de 2010, por cada uma das fases dos processos em que a DRAPN intervém ou desenvolve, foram identificados os eventuais riscos de corrupção e de infracções conexas, bem como as medidas que deveriam ser adoptadas e os responsáveis pela sua implementação.

Também, quando da elaboração do diagnóstico e definição do Plano traçado para 2010, se verificou que não existiam **evidências de controlo interno**. Ora, com execução do Plano **foi dado um primeiro passo em ordem à resolução daquela lacuna através da definição de Manuais ou Regulamentos Específicos de Gestão e de Controlo Interno por cada tipologia de processos**.

Os Regulamentos e os Manuais definidos foram já submetidos à aprovação do Director Regional.

Os Regulamentos e os Manuais contemplam a **segregação de funções, declarações de interesses, verificação aleatória dos processos e a sua periodicidade**.

Os **controlos internos** a realizar pelos dirigentes directos também serão objecto de relatórios a submeter ao Director Regional no fim dos períodos estabelecidos nos correspondentes Regulamentos ou Manuais.

Também no quadro do desenvolvimento do Plano foram detectadas **lacunas no controlo e gestão de stocks** de consumíveis, de matérias e de produtos acabados pelo que, também no quadro do Plano, foi criado um Programa de Gestão que vai ser adoptado em todas as Unidades de Produção de Bens e de Serviços a partir de 02 de Janeiro de 2011.

II.2. ACÇÕES

As acções a executar no quadro do presente plano resumem-se às duas seguintes:

A. Realizar os Controlos Internos definidos nos Manuais/Regulamentos

Para além da melhoria e da introdução de alguns procedimentos acima referidos, as acções que importa concretizar, tendo-se em vista melhorar a transparência e a eficácia da acção em torno dos processos a desenvolver em 2011 nas diferentes áreas funcionais, correspondem aos controlos internos definidos nos Manuais ou Regulamentos e que se sintetizam nos quadros que a seguir se apresentam.

Unidade Orgânica Gestora, áreas funcionais, tipos de processos, controlos a realizar e responsáveis

Unidade Orgânica Gestora	Área Funcional	Tipologia de processos		Controlos a Realizar		
				Amostra	Responsável pela definição da amostra	Responsável pelas verificações
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE	Atribuição de Direitos	Licenciamento industrial - (Decreto Regulamentar nº 61/2007, de 9 de Maio)	Indústrias do tipo I, II ou III	5% dos processos entrados durante o ano	Director de Serviços	Chefe de Divisão de Inovação e Mercados
		Regime de Exercício da Actividade Industrial - (Decreto-Lei 209/2008, de 29 de Janeiro)	Indústrias do tipo I e II	5% dos processos entrados durante o ano		
		Regime de Exercício da Actividade Pecuária (Decreto-Lei 214/2008, de 10 de Novembro)	Actividade Pecuária - Classe I	1% dos processos entrados durante o ano		
			Actividade Pecuária - Classe II	1% dos processos entrados durante o ano		
			Actividade Pecuária - Classe III	1% dos processos entrados durante o ano		
	Benefícios Financeiros	PRODER	Análise de todas as acções	Definição externa semanal	Secretariado Técnico do PRODER	Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos
			Pedidos de Pagamento	Definição externa semanal	IFAP	IIFAP

Unidade Orgânica Gestora	Área Funcional	Tipologia de processos		Controlos a Realizar		
				Amostra	Responsável pela definição da amostra	Responsável pelas verificações
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	Atribuição de Direitos	Emissão de Pareceres Prévios e Análise das Comunicações Prévias no âmbito do DL 73/2009, de 31/3 (Regime Jurídico da RAN – Reserva Agrícola Nacional)		1% dos processos/técnico/por ano, dos quais 50% devem incluir visita "in loco"	Director de Serviços	A designar pelo Director de Serviços caso a caso
	Gestão de Empreitadas Públicas	Investimentos em Aproveitamentos Hidroagrícolas	Pré-Estudos	1 em cada cinco com o mínimo de 1		
			Estudos Prévios	1 em cada cinco com o mínimo de 1		
			Projectos	1 em cada cinco com o mínimo de 1		
			Execução dos Projectos	1 em cada cinco com o mínimo de 1		

Unidade Orgânica Gestora	Área Funcional	Tipologia de processos		Controlos a Realizar		
				Amostra	Responsável pela definição da amostra	Responsável pelas verificações
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE AGRICULTURA E PÊSCAS	Atribuição de Direitos	Licenciamento profissional de Pesca	Embarcações de pesca local	5% dos pedidos entrados durante o ano	NAAP	Director de Serviços
			Apeados	5% dos pedidos entrados durante o ano		
		Inspeção Fitossanitária à Importação/Exportação		Importação – 5% Exportação – 5% (a)	Director de Serviços	Chefe de Divisão de Protecção e Controlo Fitossanitário
		Licenciamento de produtores e de fornecedores de materiais de propagação vegetativa		Fornecedores - 5% Produtores – 5% (a)		
		Certificação e controlo de produtos de origem não animal		Importação – 5% Exportação – 5% (a)		
		Produtos Fitofarmacêuticos		Estabelecimentos/empresas – 5% Utilizadores finais – 5% (a)		
		Cultivo de variedades geneticamente modificadas		Notificações – 5% (a)		
	Benefícios Financeiros	Prémio ao Arranque de vinha		1% das vistorias	Director de Serviços	Chefe de Divisão de Vitivinicultura
		Vitis		5% das candidaturas entradas		
		PROMAR		5% dos pedidos entrados	NAAP	Director de Serviços
		Programas Operacionais da Pesca		5% dos pedidos entrados		

Notas:

(a) Terá periodicidade bimestral e tomando-se por base a totalidade dos processos entrados desde o início do ano civil até ao final do mês imediatamente anterior à sua realização e até perfazer a amostra anual estabelecida

B. Implementar o Programa de Gestão de Stocks

Por outro lado, de acordo também com decisão já tomada, há que implementar o Programa de Gestão de Stocks em todas as Unidades de Produção de Bens e de Serviços a partir de 02 de Janeiro de 2011.

III, CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO

A supervisão do controlo e da monitorização do Plano serão efectuados pelo **Director Regional** através do **Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos**.

Durante 2011 efectuar-se-ão auditorias com periodicidade trimestral a todos os serviços visados com o Plano de forma a poder garantir-se o alcançar das metas definidas e apoiá-los nas dificuldades que possam surgir.

A execução do presente Plano para 2011 será objecto de um **Relatório Anual** a apresentar à Comissão de Prevenção da Corrupção, com conhecimento ao Senhor Ministro da Agricultura e ao Senhor Inspector-geral do Ministério da Agricultura.